

# Dossier "Campesinado y reforma agraria en América Latina: conflicto social, territorio y ambiente"

## A CPT no Sertão do São Francisco: luta e resistência pela permanência na terra em tempos de ditadura

The CPT in the Sertão do São Francisco: Struggle and Resistance to Remain on the Land During the Dictatorship

La CPT en el Sertão do São Francisco: lucha y resistencia para permanecer en la tierra en tiempos de dictadura

Recibido: 4 de enero de 2025  
Aceptado: 28 de mayo de 2025  
Publicado: 25 de octubre de 2025  
DOI: [10.22517/25392662.25751](https://doi.org/10.22517/25392662.25751)  
pp. 73-96

 **Adauto Guedes Neto\***  
adauto.guedes@upe.br

Licencia Creative Commons  
Atribución/Reconocimiento-  
NoComercial-SinDerivados 4.0  
Internacional — CC BY-NC-ND 4.0.



\* Professor do Curso de História da UPE/Petrolina, é vice-líder do Grupo de Pesquisa NUNTEMPA (UPE/CNPQ) e líder do GEHD - Grupo de Estudos em História da Ditadura (UPE/Petrolina), onde coordena e desenvolve pesquisas sobre a ditadura civil-militar no interior do Brasil e História do Tempo Presente.



## Resumo

Analizamos a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Sertão do São Francisco na articulação e defesa dos direitos das comunidades de fundo de pasto atingidas com a construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho-BA em tempos de ditadura. Com estudos em documentos do Serviço Nacional de Informações, dos Arquivos da CPT Nacional e Juazeiro-BA, compreendemos o funcionamento dos órgãos de repressão da ditadura, bem como identificamos as ações da luta pela terra a partir da articulação entre a diocese de Juazeiro-BA, a CPT e as comunidades de fundo de pasto contra a violência planejada do estado ditador.

**Keywords:** Comissão Pastoral da Terra, Sertão do São Francisco, ditadura militar, comunidade de fundo de pasto, história do tempo presente.

## Resumen

Analizamos el papel de la Comisión Pastoral de la Tierra (CPT) del Sertão do São Francisco en la articulación y defensa de los derechos de las comunidades rurales afectadas por la construcción de la Central Hidroeléctrica Sobradinho-BA durante la dictadura. A partir de estudios de documentos del Servicio Nacional de Información, así como archivos del CPT Nacional y Juazeiro-BA, comprendemos el funcionamiento de los órganos represivos del régimen dictatorial e identificamos las acciones de lucha por la tierra emprendidas por la articulación entre la diócesis de Juazeiro-BA, la CPT y las comunidades de fundo de pasto frente a la violencia planificada del Estado dictador.

**Keywords:** Comisión Pastoral de Tierras, Sertón de São Francisco, dictadura militar, comunidad de fondo de pastos, historia de la actualidad.

## Abstract

We analyze the role of the Pastoral Land Commission (CPT) of the Sertão do São Francisco in coordinating and defending the rights of rural communities affected by the construction of the Sobradinho Hydroelectric Plant (BA) during the military dictatorship. Based on the study of documents from the National Information Service, as well as archives from the National CPT and Juazeiro-BA, we examine the functioning of the regime's repressive apparatus and identify the land struggle initiatives promoted through the articulation between the Diocese of Juazeiro-BA, the CPT, and the fundo de pasto communities in response to the planned violence of the dictatorial state.

**Palabras clave:** Pastoral Land Commission. Sertão do São Francisco. Military Dictatorship. Pasture fund community. History of the Present Time.

## Introdução

Em meados de novembro de 2024 ao participar do Seminário Realidade Agrária na Região de Juazeiro: memória viva e esperança camponesa, organizado pela CPT/Juazeiro-BA, a revelação de uma das participantes chamou minha atenção, qual seja, a angústia de reviver a mesma agonia e situação de insegurança que vivera quando da construção do lago de Sobradinho e da qual motivara naquele período o deslocamento de cerca de 72 mil pessoas de suas terras. A palestrante se referia a presença de mineradoras no território da sua comunidade que tem causado sérios prejuízos à saúde de todos em consequência da extração de ferro, além da violência ao ter o seu lugar invadido mais uma vez.

As comunidades do Sertão do São Francisco, agricultores, ribeirinhos, beraderos<sup>1</sup>, fundo de pasto, foram e continuam sendo vítimas da grilagem<sup>2</sup>, dos grandes empreendimentos e da violência que lhes ameaçam o território e a vida. Em 08 de dezembro de 2024, a Comissão Pastoral da Terra de Juazeiro-BA, deu publicidade em seu site à denúncia da comunidade de fundo de pasto de Campo Alegre de Lourdes-BA, vítima da ação de empresas de mineração na região:

Cerca de 20 comunidades tradicionais de fundo de pasto, do município de Campo Alegre de Lourdes, sofreram, nos últimos dez dias, uma série de invasões de uma empresa de sondagem minerária em seus territórios. Funcionários da Geosol, empresa que presta serviço terceirizado à Companhia Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), entraram nos territórios das comunidades com máquinas e equipamentos, fazendo supressão de vegetação nativa, sem a permissão e diálogo com os/as trabalhadores/as rurais<sup>3</sup>.

Entoando os cantos vivenciados na experiência em Comunidades Eclesiais de Base, músicas das lutas populares, a comunidade reunida agiu em defesa do seu território, fizeram parar as máquinas e expulsaram a empresa. Outro resultado em defesa do território contra empresas de mineração do ferro ocorreu em Sento Sé-BA, onde foi fundada a Associação da União das Comunidades Tradicionais de Sento Sé – ASCOMSSÉ, formada por comunidades que tem um histórico de luta pela terra que remota os anos 1970, quando foram realocadas em consequência da construção do Lago de Sobradinho.

De tal maneira que, dois conceitos iniciais utilizados no campo de análise da História do Tempo Presente nos ajudariam a compreender a atuação da CPT no Sertão Submédio<sup>4</sup> do

1 Remanescentes dos trabalhadores que plantavam nas beiradas da vazante do rio, onde também pescavam e negociavam os frutos da produção.

2 Prática criminosa que consiste em tomar posse de terras públicas ou de terceiros de forma ilegal, mediante a falsificação de documentos de propriedade.

3 CPT Nacional. «Conflictos Brasil no campo 2024». <https://www.cptnacional.org.br>.

4 Na divisão administrativa federal da bacia do Rio São Francisco, o «Submédio» ocupa apenas uma fração de todo o Rio, estendendo-se do reservatório de Sobradinho a Paulo Afonso. Esta sub-região é o cenário dos investimentos mais vultosos dos órgãos federais atuantes na bacia do Rio, e também, historicamente, é uma área densamente povoada. Parry Scott, *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado* (Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009, 114).

São Francisco, o conceito de permanências e o de demandas sociais. Mas, nosso objetivo não é a compreensão das permanências ou dos acontecimentos sociais da atualidade e suas demandas, o objetivo do artigo presente é compreender a atuação da Comissão Pastoral da Terra nos idos da ditadura militar brasileira, especialmente no que tange aos conflitos pela permanência na terra derivados da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

A menção aos problemas atuais é para reforçar que os conflitos permanecem no Vale do Submédio São Francisco<sup>5</sup> e que os mesmos em alguns aspectos são a continuidade dos que ocorreram outrora. Talvez, apenas uma questão os diferencie, se na contemporaneidade as ameaças que as comunidades de fundo de pasto sofrem são de empresas privadas, antes a violência e os conflitos foram oriundos das ações do estado brasileiro em conluio com as empresas.

Ainda nos anos 1970, o Sertão do Submédio São Francisco conheceu a política de modernização autoritária em vigor no Brasil. A execução das atividades da Usina Hidrelétrica de Sobradinho foram efetivadas na segunda metade da década de 1970, quando teve o seu

...represamento total iniciado em 04 de dezembro de 1977 e concluído em 02 de julho de 1978 quando foi atingido NA 392,50. A 1ª unidade geradora operou em outubro de 1979 e a 6ª e última unidade geradora foi comissionada em dezembro de 1981<sup>6</sup>.

As inundações provocadas pelo represamento atingiram as cidades baianas de Casa Nova, Sento Sé, Pilão Arcado e Remanso. A Companhia Hidrelétrica do São Francisco – CHESF, empresa estatal voltada para a produção e distribuição de energia elétrica, foi o órgão do Governo Federal diretamente responsável pela execução da obra e por intermediar no sertão os interesses da modernização autoritária em curso. Fundada no então Governo Getúlio Vargas, em 1945, nos anos 1960 a CHESF tornou-se subsidiária da Eletrobras, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Como iremos aprofundar adiante, foram muitos os transtornos causados pela CHESF no processo de construção da Usina de Sobradinho. As cidades atingidas com a inundação em decorrência do represamento das águas do rio São Francisco resultou no deslocamento forçado de cerca de 72 mil famílias, indenizações irrisórias para uns e outras que até então não foram efetuadas, assim como, a retirada de comunidades tradicionais de seus territórios, como as áreas de fundo de pasto e o apagamento da memória, submersa pelo lago artificial de Sobradinho e seu represamento.

5 O Vale do Submédio São Francisco está localizado na região sertaneja no oeste do Estado de Pernambuco e norte do Estado da Bahia com uma área de 125.755 Km<sup>2</sup>. Fonte: Agência Nacional das Águas (2003).

6 Chesf, Reservatório de Sobradinho, Reassentamento de populações: dados e informações, Biblioteca Municipal de Sobradinho, 2008, 1-2.

As famílias que não aceitaram as determinações do governo ditador, representado pelas ações da CHESF e seus funcionários, sofreram as consequências da violência, do abandono e da negligência do poder público e tiveram que viver em resistência constante pela permanência na terra.

A Comissão Pastoral da Terra – CPT, surgiu nacionalmente no ano de 1975 e conforme se autodenomina, «nasceu ligada à Igreja Católica. O vínculo com a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) ajudou a CPT a realizar o seu trabalho e a se manter no período em que a repressão atingia agentes de pastoral e lideranças populares»<sup>7</sup>. De tal maneira que, as famílias afetadas, na região impactada pela construção da Usina de Sobradinho, tiveram o apoio da CPT sediada na Diocese de Juazeiro-BA, a partir de 1976 com o início do episcopado de dom José Rodrigues.

O objetivo do artigo em tela, é analisar o contexto de instauração da CPT e sua atuação no Sertão do Submédio São Francisco na articulação e defesa das comunidades de fundo de pasto atingidas com a construção e execução da Usina Hidrelétrica de Sobradinho.

Para tanto, pesquisamos e analisamos a seguinte documentação: arquivos confidenciais do Serviço Nacional de Informações – SNI e dos Centros de Informações em vigor durante a ditadura militar brasileira, dos quais foram produzidos e circularam entre o final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e o Boletim Especial produzido pela CPT Nacional em 1979, denominado: As Ilhas da Resistência: os Lavradores do Rio São Francisco.

As fontes foram analisadas a partir dos pressupostos da pesquisa qualitativa para melhor compreensão da realidade socialmente construída no período em análise, com uma abordagem crítica dos documentos e que nos possibilitou percebermos o caráter subjetivo dos mesmos. A ideia da perspectiva subjetiva na análise dos documentos é interessante para ressaltarmos que, «para o historiador, o documento não está simplesmente dado, como a ideia de rastro deixado para sugerir. Ele é procurado e encontrado. Bem mais que isso, ele é circunscrito, e nesse sentido constituído, instituído documento, pelo questionamento»<sup>8</sup>. Além disso, por se tratar de fontes do período repressivo, elaborado pelo estado com a intenção de incriminar e de justificar as suas arbitrariedades contra os direitos de dignidade da pessoa humana, é importante «estar atento às sutilezas que essas fontes possuem, e às evidências que trazem subentendidas»<sup>9</sup>.

A perspectiva metodológica problematizou as informações dos diferentes atores envolvidos, ou seja, o estado, a CPT e as comunidades de fundo de pasto, analisando assim, a multiplicidade de fontes em confrontação presentes em diferentes arquivos, pois o entendemos como lugar social<sup>10</sup>, buscando nos distanciar da obediência cega a seu poder absoluto,

7 CPT Nacional, 2010, <https://www.cptnacional.org.br>.

8 Ricoeur, Paul, *A memória, a história, o esquecimento*, tradução: Alain François et. al. Campinas (SP: Editora da Unicamp, 2007), 189.

9 Bauer, Caroline Silveira y René Gertz, «Arquivos da repressão: fontes para a história do tempo presente», *História da Historiografia* 10 (2012), 190.

10 Ricoeur, Paul, *A memória, a história...*, 177.

mas o admitindo como condição da história<sup>11</sup>. Desaprender para conhecê-lo, uma vez que, não é óbvio abrir mão da interpretação fácil que o arquivo nos oferece, «para poder conhecê-lo é preciso desaprendê-lo, e não imaginar reconhecê-lo logo na primeira leitura»<sup>12</sup>. Daí o porquê da necessidade de uma análise qualitativa do texto e a crítica das fontes, onde:

Identificar com precisão a simbologia contida em um texto escrito implica, em um primeiro momento, estabelecer o contexto histórico do documento, não apenas definindo as relações entre seus conteúdos e a época em que o mesmo foi produzido, como também reconhecendo o(s) seu(s) autor(es)<sup>13</sup>.

Além das questões de ordem metodológica no que concerne ao tratamento das fontes, não podemos compreender a conjuntura política das lutas travadas por lavradores, ribeirinhos, em especial pelas comunidades de fundo de pasto no Submédio São Francisco, sem considerar a importância da atuação da CPT na região em decorrência da construção da Usina de Sobradinho, questão central em nossa análise. Para tal compreensão, faz-se necessário uma breve discussão sobre a relação das atividades da Igreja Católica com as questões políticas e sociais do período em estudo, tendo em vista que, conforme já citamos, a CPT<sup>14</sup> é uma instituição civil de caráter pastoral que surgiu e permanece vinculada ao campo católico através da Comissão Episcopal de Pastoral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil-CNBB.

De acordo com Scott Maiwaring, no período em questão, a Igreja Católica não era um grupo homogêneo, sendo assim, o setor católico que nos referimos associados às ações da CPT, trata-se de um dos seus segmentos. Para a compreensão das diferenças internas do catolicismo, é feita uma construção histórica das transformações vivenciadas pela Igreja Católica desde o início do século xx. Sendo assim, podemos citar a Igreja da neocristandade (1916-1955), a Igreja reformista (1955-1964), a esquerda católica (1958-1964) e a Igreja Popular (1964-1985)<sup>15</sup>.

São dessas correntes que irão surgir os principais grupos divergentes do catolicismo brasileiro, conservadores e progressistas. Como veremos, é no segmento identificado por Mainwaring como Igreja Popular, que encontraremos o clero progressista, setor atuante nas atividades desenvolvidas pela Comissão Pastoral da Terra.

11 Elisabeth Roudinesco, *O Eu Soberano: Ensaio sobre as Derivas Identitárias*, trad. André Telles (São Paulo: Companhia das Letras, 2006), 9.

12 Arlette Farge, *O sabor do arquivo* (São Paulo: Edusp, 2022), 73.

13 Enil de Mesquita Samara e TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História e Documento e Metodologia de Pesquisa* (Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010), 121-122.

14 A CPT está organizada em todo o território nacional em 21 regionais, que correspondem basicamente aos estados da Federação, com exceção da regional Nordeste, que abrange os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte; Bahia, da qual faz parte também Sergipe, Espírito Santo que integra o Rio de Janeiro. Ainda tem a CPT Goiás, que abrange o Distrito Federal, e Araguaia/Tocantins, que cobre o estado do Tocantins e a região Norte Araguaia do Mato Grosso, que corresponde à Prelazia de São Félix do Araguaia. Cada regional tem uma coordenação, eleita em Assembleia, de acordo com o regimento interno e um Conselho.

15 Scott Mainwaring, *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916–1985)* (São Paulo: Brasiliense, 2004).

Portanto, podemos apontar que a Igreja popular, mesmo com as ressalvas das diferenças, herdou elementos diretos da Igreja reformista e indiretos da esquerda católica. Para tanto, explica Scott Mainwaring:

A Igreja popular difere da reformista em vários pontos. Como a Igreja reformista, a popular se preocupa com justiça social e com a comunidade, mas postula que a verdadeira justiça exige uma mudança política radical. A Igreja popular também leva a co-responsabilidade mais longe do que a reformista. O laicato tem uma participação mais efetiva e significativa, tanto nas cerimônias religiosas quanto nas tomadas de decisão da diocese. Da mesma forma a Igreja popular e a reformista usam a imagem da Igreja como 'o povo de Deus', mas a popular acentua o conceito da Igreja como um sacramento da salvação do mundo. Reformistas e progressistas dão apoio verba à opção preferencial pelos pobres, mas os progressistas estão mais aptos a criar estruturas eclesiais que deem apoio aos movimentos populares. Os setores populares são os mais responsáveis pela criação das CEBs e apoiam a chamada teologia da libertação<sup>16</sup>.

Esta citação é importante para observamos alguns aspectos que consideramos relevantes para nossa análise. Dentre elas, o fato de situar a Igreja popular ao lado da justiça social, na defesa de mudanças da estrutura política de então e na defesa dos direitos humanos, fatores que justificaram as ações da CPT no Sertão do São Francisco em apoio às famílias atingidas pelo projeto de modernização autoritária empreendido pela ditadura brasileira. Outros fatores a serem percebidos, seriam: como a Igreja popular ver o importante papel do leigo – dentro da perspectiva que se distancia do poder da hierarquia e aponta a Igreja como Povo de Deus, além da sua relação com a Teologia da Libertação, bem como a denominação da Igreja popular como progressistas. Neste último ponto, Mainwaring situa o que chama de Igreja popular, ou seja, progressista.

Outra perspectiva da qual podemos relacionar o ambiente religioso com o político, trata-se das comunicações oriundas da hierarquia através das constituições pastorais ou até mesmo da Doutrina Social da Igreja. Através desta, buscou-se homogeneizar a forma de atuação social dos católicos, vetando a autonomia dos movimentos. Para tanto, serve-nos a importante pesquisa desenvolvida por Álder Júlio Ferreira Calado em sua tese de doutoramento: *Eglise et Politique au Bresil: le role social et politique des Communautés Ecclesiales de Base bresiliennes (notamment dans Nord-Est), au cours des années 80*. Neste trabalho, está presente também uma significativa contribuição para a compreensão sobre os movimentos sociais no Nordeste brasileiro.

Segundo Aline Coutrot, «enquanto as declarações episcopais são uma constante da história da Igreja, uma nova forma de expressão organizada dos cristãos apareceu no século xx: os movimentos leigos»<sup>17</sup>. Na pesquisa que desenvolvemos, analisar a atuação da CPT, passa, sobretudo, pela compreensão dos movimentos leigos atuantes em tal movimento. De tal maneira que, seja a perspectiva política presente no universo católico aqui analisado, seja

16 Mainwaring, *A Igreja Católica e a política no Brasil...*, 169-170.

17 Aline Coutrot, «Religião e Política», in *Por uma História Política*, org. por René Rémond (Rio de Janeiro: UFRJ, 1996), 344.

a compreensão da inserção de membros do clero ou leigo como agentes da CPT, são aspectos importantes a ressaltar na conjuntura do período analisado.

Por fim, e não menos importante, ao discutirmos o contexto de atuação da CPT em apoio as famílias de comunidades de fundo de pasto na luta pela permanência na terra em detrimento do deslocamento forçado gerenciado pela CHESF em nome do governo brasileiro em tempos de ditadura, as ideias de descaso planejado e violência administrada<sup>18</sup>, também foram norteadoras para o estudo que desenvolvemos.

Desta maneira, no primeiro momento analisamos o contexto de criação da CPT na Diocese de Juazeiro sob o episcopado de dom José Rodrigues e num segundo momento os impactos causados pela construção da Usina de Sobradinho às famílias submetidas aos deslocamentos forçados, e em ambos os pontos, as ações desenvolvidas pela CPT na articulação das famílias oprimidas, as formas de resistência e a luta pela permanência na terra.

### **A Comissão Pastoral da Terra no Sertão do São Francisco em tempos de ditadura**

A Comissão Pastoral da Terra surgiu no Brasil durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia no ano de 1975 em plena ditadura militar. Foi fundada em resposta as péssimas condições de trabalho vivenciadas na Amazônia, tendo suas ações ampliadas para outras regiões do país, tornando-se um movimento de suporte essencial e a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, «solidária, profética, ecumênica, fraterna e afetiva, que presta um serviço educativo e transformador junto aos povos da terra e das águas, para estimular e reforçar seu protagonismo»<sup>19</sup>. Neste processo de abrangência, organiza-se entre 21 regionais, dentre elas as que mais nos interessa de acordo com o recorte territorial do estudo em tela, a Regional Nordeste II (Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte) e principalmente a Regional Nordeste III (Bahia e Sergipe).

Tendo em vista suas atividades de trabalho de base junto às comunidades da terra e das águas, a Regional Nordeste III começou sua atuação nos anos de 1976 a partir da composição da seguinte comissão da hierarquia católica:

Dois bispos (Dom José Brandão, Propriá-SE e Dom Jairo Matos da Silva, Bonfim-BA) e cinco presbíteros (Pe. Antônio Albertino, Feira de Santana-BA, Pe. Eugênio Morlini, Rui Barbosa-BA, Pe. Érico Proeter, Frei Enoque Salvador de Mello, Propriá-SE e Pe. Cláudio Perani, Secretário<sup>20</sup>).

Sendo assim, a CPT Juazeiro-BA surgiu como apoio aos processos coletivos da defesa dos direitos, de resistência e luta pela permanência na terra, como resultado da Assembleia Geral da

18 Scott, Parry. *Negociações e resistências persistentes...*

19 CPT Nacional, 2016, <https://www.cptnacional.org.br>.

20 Alder Júlio Ferreira Calado, CPT no Nordeste: caminhos e buscas (1976-1995) (João Pessoa: CPT, 1996), 55.

Diocese de Juazeiro-BA em novembro de 1976, quando «organizou-se o 1º Plano de Pastoral Orgânica da Diocese, onde apareciam três metas prioritárias: a Pastoral da Mudança (das 4 cidades e dos núcleos rurais), a Pastoral da Família e a Pastoral da Terra<sup>21</sup>, e diretamente como resultado da Carta dos Três Bispos<sup>22</sup>, sobretudo, no contexto de apoio, acompanhamento e assessoria às famílias atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, tendo sua atuação fortalecida sob o episcopado de dom José Rodrigues, na articulação com outros movimentos já existentes e lideranças oriundas dos mesmos na região, como: o Movimento de Educação e Base - MEB, a Ação Católica Rural – ACR, depois denominada de Animação de Cristãos no Meio Rural, Comunidades Eclesiais de Base - CEBs e a Pastoral Rural.

Se a atuação imediata dos agentes da CPT, no Sertão do Submédio São Francisco, estiveram inicialmente ligadas ao contexto problemático resultante do projeto de modernização autoritária do governo ditador brasileiro concretizado pela construção e execução da Usina de Sobradinho, não é difícil de imaginar a presença sob diferentes formas de tal governo na referida região, seja através dos funcionários da CHESF, responsáveis pela obra, seja através dos agentes da repressão.

A ditadura militar brasileira que vigorou entre 1964 e 1985, é o resultado do que fora o golpe de 1964 que depôs da presidência João Goulart. Nunca é demais reafirmar as atrocidades, os abusos e violências que caracterizaram tal período, como o uso de torturas pelos agentes da repressão contra quem era considerado suspeito de subversão, as mortes, os desaparecimentos e todas as formas de agressão aos direitos humanos. O Ato Institucional nº 5, por exemplo, suspendeu direitos e garantias individuais, cassou mandatos parlamentares, fechou o Congresso Nacional, interveio em estados e municípios, estabeleceu a censura à imprensa e às artes, dentre outros. Os atos institucionais se estabeleceram numa maneira de dar forma legal ao poder ditador.

Além disso, outra característica da ditadura militar brasileira atuar se deu através da reorganização dos Centros de Informações. Estes, de certa forma já existiam, mas foram ampliados. A Lei 4.341 de 13 de junho de 1964, criou o Serviço Nacional de Informações – SNI, responsável por articular, supervisionar e coordenar as atividades de informações e contrainformações do país sob a ditadura. Além do SNI, compunha a estrutura burocrática de espionagem os Centros de Informações das Forças Armadas, como o da Marinha – CENIMAR, do Exército – CIE e da Aeronáutica – CISA. O Ministério das Relações Exteriores também fora incluído em tal estrutura com a criação do Centro de Informações do Exterior – CIEEx e outros ministérios tinham Divisões de Serviços e Informações – DSIs e Assessorias de Serviços e Informações – ASIs. A função desta estrutura foi a de corroborar as denúncias e suspeitas de subversão, arregimentar provas, criar tais provas sob tortura, além de vigiar e espionar aqueles que a repressão considerou comunista, perigoso e/ou subversivo.

21 M.P. Silva, *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*, em: Zachariadhes, G.C., org. IVO, AS., et al. Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes [online] (Salvador: EDUFBA, 2009), 253.

22 Assinado pelos Bispos de Juazeiro (BA), Bonfim (BA) – Dom Jairo Ruy Matos da Silva e de Petrolina (PE) – Dom Gerardo de Andrade Pontes, reunidos em Carnaíba do Sertão (BA), o documento, Carta dos Três Bispos, tratava da atuação de empresas estatais (CHESF, Companhia de desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA) e particulares que, em nome do progresso, feriam os direitos humanos, sobretudo, na área rural e denunciavam, também, casos de grilagem na região.

Ao discutir sobre os arquivos da repressão, a historiadora Caroline Bauer nos alerta para uma característica intrínseca que os mesmos possuem, ou seja, seu efeito bumerangue. «Os documentos que compõem os acervos provenientes das forças repressivas servem, no presente, para atividades opostas à sua origem»<sup>23</sup>. Produzidos como ação repressora do estado, violando direitos e dignidade da pessoa humana, atualmente são usados em defesa das pessoas que foram atingidas pela violência da ditadura, este o efeito bumerangue que Bauer se refere. Aproveito-me da ideia para acrescentar que, tais documentos produzidos no auge da repressão, servem-nos para a compreensão no tempo presente de como funcionou os órgãos da repressão durante a ditadura brasileira, como espionou e como esteve presente nas mais remotas cidades do interior brasileiro, como é caso das cidades da região do Sertão do São Francisco.

Inclusive, este é o um dos meios que encontramos para através da documentação presente no SNI sobre a atuação da CPT no caso dos atingidos com a Usina de Sobradinho, percebermos como a mesma atuou e como os agentes desta pastoral eram percebidos pelo aparato repressor.

Em informação que circulou no SNI sob o número 0155 de 30 de outubro de 1980, destacou-se a atuação de lideranças da CPT Nordeste III. Faço menção aos citados da CPT Juazeiro-BA, dentre eles, dom José Rodrigues e demais agentes pastorais, tais como: Joaquim Ribeiro de Araújo, cuja atuação esteve mais presente em Campo Alegre de Lourdes-BA, Maria Angélica Carneiro Braga, Assessora Jurídica, João Batista de Oliveira e Paulo Jorge de Oliveira Ferreira. Ainda de acordo com a informação tais agentes pastorais pregavam um evangelho político-social e menciona a atuação de clero progressista na região.

Existe um debate historiográfico em torno dos termos: progressista, moderado e conservador no que concerne as posições da CNBB, do clero e leigos católicos em relação aos seus envolvimento no meio social<sup>24</sup>,

mas não é nossa intenção fazê-lo e nem objeto de nossa análise. Porém, é importante dizer que, para a estrutura burocrática da repressão, os progressistas católicos seriam os que estavam empenhados na luta contra a ditadura e pertenciam ao que denominavam de esquerda católica, subversão e comunismo.

A Comissão Pastoral da Terra, seja na sua dimensão nacional ou sua atuação na região do Sertão do São Francisco, chamou a atenção dos órgãos de informações da ditadura por sua atuação de assessoria aos movimentos na luta por direitos e pela terra. Pregar um evangelho político-social, tal qual alertou em tom de denúncia a informação do SNI, é uma demonstração da atuação dos agentes da CPT em defesa dos atingidos pela ação repressora do estado autoritário no contexto de Sobradinho. Conforme alertou o SNI, a Comissão Pastoral da Ter-

23 Caroline Bauer e René Gertz, «Fontes sensíveis da história recente», in *O historiador e suas fontes*, Tania Regina de Luca e Carla Bassanezi Pinsky (São Paulo: Contexto, 2009), 178.

24 Michael Löwy, *A Guerra do Deuses: religião e política na América Latina* (Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000). Severino Vicente da Silva, *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife* (Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006). Mainwaring, *A Igreja Católica e a política...*

ra «tem procurado mobilizar a opinião pública e sensibilizar as autoridades para os problemas do homem do campo, por meio de campanha contestatória, de críticas e de incentivo às invasões de propriedade, numa disposição do forçar uma «reforma agrária de baixo para cima»<sup>25</sup>.

Ressalta-se também a articulação e o apoio para o trabalho efetivo da CPT oriundo do bispo de Juazeiro-BA, dom José Rodrigues. Vigiado e perseguido de perto pelos agentes da repressão, há uma vasta produção de material a seu respeito construído pelos Centros de Informações da ditadura. A informação nº 0155 do SNI que mencionamos, descreve-o como liderança do clero progressista na região do Vale do São Francisco, alertando que:

É membro da CPT e muito atuante ao longo do Vale do São Francisco, onde tem procurado unificar a ação da Igreja a dos sindicatos rurais e federações, de forma a constituir numa atuação integrada de entidades, ao longo do Vale do São Francisco, visando um planejamento de ações que possam interessar aos trabalhadores rurais da área, para oferecer resistência a ação de desenvolvimento do Governo<sup>26</sup>.

A narrativa construída sobre dom José Rodrigues no trecho do documento citado, além de revelar o olhar vigilante dos órgãos de espionagem sob a atuação do bispo de Juazeiro-BA, oferece-nos alguns aspectos que nos ajudam a compreender a atuação da CPT, tais como: a articulação entre os movimentos de luta pela terra, organização dos agricultores, relação com os sindicatos, bem como o planejamento de ações para resistir ao empreendimento autoritário que desalojou várias famílias com a construção da Usina de Sobradinho. Sobre esta última questão, o SNI deixa claro que toda a ação do bispo se justifica no sentido de oferecer resistência às ações do governo no Vale do São Francisco.

Em outra informação sobre dom José Rodrigues da qual o SNI denominou de juízo sintético, nº 0001 de 06 de outubro de 1980, foi construído um histórico de antecedentes do religioso desde 1975, quando segundo o documento, numa missa, buscou colocar a população realocada em função da construção do lago artificial de Sobradinho contra o governo. Ainda de acordo com o documento, o bispo vinha desenvolvendo um intenso trabalho de base no meio rural, apoiando os lavradores a se rebelarem contra o governo e menciona um ato público realizado em conjunto com trabalhadores rurais e a CPT em 17 de outubro de 1979, quando fizeram duras críticas ao governo, denominando o mesmo de ditadura e percorrendo em marcha por várias ruas da cidade de Juazeiro-BA com faixas alusivas aos problemas causados contra a população atingida com a construção da Usina de Sobradinho e os projetos de irrigação.

É difícil separar as atividades de dom José Rodrigues às da CPT no contexto da luta em defesa dos direitos realocados com a construção de Sobradinho, uma vez que, conforme

25 Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: D. José Rodrigues de Souza. Juízo Sintético nº 0001, 1980, 4.

26 Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: D. José Rodrigues de Souza. Juízo Sintético nº 0001, 1980, 5.

já mencionamos a Comissão Pastoral da Terra teve como principal agente e articulador o próprio bispo. Zacarias Rocha, uma das principais lideranças da comunidade de fundo de pasto de Riacho Grande, afirmou que:

Dom José foi um baluarte nessa questão de denunciar a opressão que vivia todo o povo da Diocese de Juazeiro. Quando ele chegou à Diocese, no meio da década de setenta (1975), estava no início da questão da barragem, da mudança, dos deslocamentos das pessoas. E quando surgiu a grilagem daqui do Riacho Grande, a CPT tinha sido recém-criada, e desde então a CPT assumiu o apoio aos trabalhadores<sup>27</sup>.

De tal modo que, mesmo em tempos difíceis como o período da ditadura no Brasil, a Comissão Pastoral da Terra atuou de forma significativa no apoio às populações atingidas, seja através de apoio jurídico ou informando, formando e sendo um esteio na luta pela terra e pelos direitos de tais famílias.

### **O Sertão do São Francisco e a CPT: as comunidades de fundo de pasto numa ilha de resistência**

Em meio às perseguições e violações dos direitos humanos conhecidos por terem ocorridos nos grandes centros urbanos brasileiros durante a ditadura, quais sejam, assassinatos, torturas, sequestros, censura à imprensa, dentre outros, no Sertão do São Francisco a violência se caracterizou na forma da modernização autoritária defendida pelo governo, impactando a vida de mais de 70 mil habitantes, com um planejamento de realocação precária e péssimas condições de indenizações, pois «Sobradinho, construída numa área de população ribeirinha relativamente densa, tinha levantado uma polêmica enorme devido às péssimas condições de compensações e, melhor descrevendo a plena expulsão, da população residente»<sup>28</sup>.

Trataremos das famílias diretamente atingidas com o deslocamento forçado imposto pela ditadura através da CHESF e que lutaram pela permanência na terra, como as comunidades de fundo de pasto que integram o território de Areia Grande<sup>29</sup>, circunscrito em Casa Nova, município baiano. Para tanto, tendo em vista a amplitude do que significa territorialmente Areia Grande, composta por cinco comunidades de fundo de pasto, Salina da Brinca, Melancia, Jurema, Ladeira Grande e Riacho Grande, nossa pesquisa baseou-se nas experiên-

27 Medeiros, Maria Helena Feitosa de Carvalho, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)» (dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, 2022), 77.

28 Parry Scott, *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado* (Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009), 21.

29 O território de fundo de pasto de Areia Grande é localizado ao norte do Lago de Sobradinho, aproximadamente a 40 quilômetros a oeste da sede municipal de Casa Nova, Bahia, pela rodovia BR-235, zona rural deste município.

cias de resistência posta no depoimento das suas lideranças e nos documentos da CPT que tivemos acesso.

As comunidades de fundo de pasto tem como bioma a caatinga e ali desenvolvem suas atividades de agricultura e criação de animais de forma comunitária, conforme nos explica a CPT:

O Fundo de Pasto é um jeito tipicamente nordestino de ocupar e utilizar as terras. São organizações comunitárias, nas quais a maioria é parente ou compadre que se dedicam a criação de pequeno porte e algumas cabeças de gado. As terras de Fundo de Pasto não são cercadas, mas abertas e comunitárias os limites são definidos pelo uso tradicional da comunidade, ou variantes na vegetação. No tempo seco, os animais soltos buscam comida e água a distâncias grandes. Essas áreas são conhecidas como Fundo de Pasto, solta, a caatinga, a chapada ou as terras devolutas<sup>30</sup>.

Tal jeito de viver fora diretamente impactado no contexto da construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, «os atingidos, cerca de setenta mil, foram expulsos, no máximo recebendo indenizações irrisórias ou nulas. Efetivamente não tiveram acesso a projetos organizados para o seu benefício»<sup>31</sup>. Este último ponto, insere-se na análise do que Parry Scott denomina de violência administrada, ou seja,

Este processo de violência administrada, configura-se num uso particular do poder de organizações burocráticas, encarregadas de executar programas de desenvolvimento, de criar expectativas para as populações atingidas para, logo em seguida, na execução do programa, frustrá-las<sup>32</sup>.

Além disso, outros problemas surgiram como a especulação imobiliária e a grilagem de terras, também como resultado dos impactos representados por Sobradinho no Sertão do Sub-médio São Francisco, como o caso da indústria Camaragibe. Porém, antes de tratarmos de tal questão, abordaremos as denúncias formuladas pela Comissão Pastoral da Terra.

Conforme Margarete Silva, a Comissão Pastoral da Terra, em Juazeiro-BA, trabalhou em duas frentes: «numa ação curativa e numa ação preventiva. A ação curativa consistia em entrar na Justiça contra os invasores de terras e as desapropriações injustas; na ação preventiva, investiu-se na educação através de encontros e orientação à população local»<sup>33</sup>. Sobre esta última forma de atuação da CPT, inclua-se as orientações e denúncias formuladas a partir de cartilhas e/ou boletins informativos, estratégia até hoje utilizada, inclusive. Dentre tais informações, ressaltamos o Boletim Especial: As Ilhas da Resistência: os lavradores no Vale do São Francisco, publicado no ano de 1979 pelo Secretariado Nacional da CPT, cujo texto é assinado por Mariluce de S. Moura.

30 CPT. *O que é fundo de pasto*, Caderno de Estudos e Debates Para as Comunidades (Bahia: Diocese de Barra, 1999), 1.

31 Scott, *Negociações e resistências persistentes...*, 120.

32 Scott, *Negociações e resistências persistentes...*, 94.

33 Scott, *Negociações e resistências persistentes...*, 255.

Em sua introdução, o boletim faz os seguintes destaques: a relação dos fatos acontecidos com a cultura local, como os casos de assombração, questões relacionadas a fé, a subnotificação das informações presentes e a alegria da resistência.

Ao tratar dos costumeiros contos de assombração muito comuns entre as populações ribeirinhas nas noites de conversa das visitas entre famílias, nas casas dos compadres, alertam para que diferentemente de tal costume, o que está relatado no boletim é uma assombração verídica, é a força do diabo presente nos fatos ocorridos. O elemento religioso é percebido ao longo das informações que se desenvolve no boletim sobre as ações da CPT. Lembremos da Comissão Pastoral da Terra como um movimento ligado ao catolicismo através da CNBB, por isso, são constantes as alusões dos acontecimentos cruéis contra a população serem associados ao diabo, à besta etc. Rodrigo Patto Sá<sup>34</sup>.

nos explicou o uso do simbolismo religioso na construção do anticomunismo no Brasil, no entanto, aqui o imaginário da religião, a fé popular característica dos sertões brasileiro, são utilizados pela CPT na construção negativa contra o governo de então e as empresas privadas que se utilizaram do expediente da grilagem de terras, sendo ambos os causadores dos males praticados na região. A CPT constrói um chamado à indignação profética que se alegra na resistência do povo sofredor do Vale do São Francisco. Acrescenta que,

Mais importante ainda do que alegrar-se, será você procurar, junto com seus companheiros da Comunidade e do Sindicato, um jeito de apoiar os companheiros que já estão lutando, e um jeito de encorajar os que estão ainda com medo ou desanimados. É muito bom, você e seus companheiros, conhecerem essa verdade. Melhor ainda será ajudar o pessoal a enfrentar os problemas<sup>35</sup>.

O boletim, além de explicativo sobre o contexto histórico, a situação política e social no Sertão do São Francisco no contexto dos enfrentamentos necessários aos desafios impostos pela construção de Sobradinho, configura-se também num manifesto, um chamado à luta e à resistência. Com a publicação do boletim especial, a CPT fez questão de reafirmar o seguinte:

1) - a total desaprovação do jeito com que estão sendo feitos os programas de irrigação e produção de energia elétrica, pela CODEVASF e CHESF, assim como a condenação da GRILAGEM, tão comum, tão cruel, em todo o vale do Rio São Francisco, por causa das INJUSTIÇAS causadas ao povo, por causa da miséria maior da população, ao contrário do tão falado “progresso”, anunciado falsamente pelas propagandas oficiais; 2) - o apoio total à luta do povo, defendendo e promovendo sua união e organização como único instrumento capaz de conquistar seus direitos, especialmente a TERRA<sup>36</sup>.

34 Rodrigo Patto Sá Motta, *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)* (São Paulo: Perspectiva, 2002).

35 Mariluce de S. Moura, *Boletim Especial As Ilhas da Resistência: os lavradores no Vale do São Francisco* (Goiás: CPT, 1979), 1.

36 Moura, *Boletim Especial...*, 1.

A posição da CPT foi muito objetiva e nos deixa evidente o norte da sua atuação, ou seja, a reprovação ao governo a partir da CODEVASF e da CHESF no que tange à violência administrada nos projetos de irrigação e no processo de deslocamento das famílias atingidas, contra a grilagem, bem como sua atuação na organização, articulação das entidades de classe e, união do povo na luta por justiça e pela terra.

A Comissão Pastoral da Terra elencou os seguintes pontos de análise e discussão sobre o contexto e os problemas a serem enfrentados no Sertão do São Francisco, ou seja, o histórico de violência e monopólio da terra dos grandes fazendeiros no tópico I – Coronéis violentos desde o começo, a posse exploração do Rio no tópico II – Do rio nascia a vida, no III – Um projeto para o São Francisco, os problemas oriundos das construção da Usina Hidrelétrica de Sobradinho e o represamento do lago artificial executados pela CHESF foram abordados no quarto ponto IV – Um dia a besta fera desceu no Rio, no V – A ação da CODEVASF, no VI – A grilagem com o apoio do governo, por último o tópico VII – Os caminhos da resistência.

Conforme já afirmamos, coube à CHESF a execução do projeto da Usina Hidrelétrica de Sobradinho, a qual também fora responsável pela organização das famílias em um novo território, como o projeto da Serra do Ramalho e as malfadadas promessas de indenização que, «em relação aos pequenos proprietários e posseiros, a maioria sem título da terra, as indenizações foram irrisórias, sendo pagas apenas as benfeitorias. Já que, no entendimento da CHESF, aquelas terras eram devolutas, pertencentes ao estado da Bahia»<sup>37</sup>. Não por acaso a associação da CHESF à besta.

No ponto IV do Boletim Especial As Ilhas da Resistência, um dia a besta desceu no rio, é uma referência direta à CHESF. A besta, descrita no livro bíblico de apocalipse, é o animal simbólico responsável pelas catástrofes, representa o anticristo, o trabalho de satanás. Mas a relação da passagem bíblica com a CHESF, surgiu de um sonho do Sr. Manoel Luís do Nascimento, agricultor do povoado de Quixaba, pertencente ao município de Petrolândia-PE, que fez o seguinte relato:

Lá dentro da roça eu tinha um pé de catingueira que ia espiar todo dia. Aí, um dia, sonhei que estava lá e via uma mulher estrepada no galho da catingueira, calada. Três vezes perguntei o que queria ali e ela sem responder. Finalmente ela disse: “Eu sou a besta fera e de hoje em diante vou sair de casa cm casa de todo mundo”. Eu disse: na minha você não vai. Aí ela disse: é a primeira que eu vou. Chego na quarta-feira”. Seu Manoel acordou e daí em diante ficou esperando alguma coisa acontecer. Esperei terça, quarta e quinta, não aconteceu nada, achei que ela não vinha mais. “Quando chegou na sexta-feira, peguei os animais e vinha saindo da aguada, quando vi um jipe parado na cancela. Os dois burros brabos correram. Ajuntei os animais, pus no cercado e me encaminhei pro jipe: estavam dois moços. Perguntaram meu nome, perguntaram se a propriedade era minha, se o açude era meu e aí disseram: você vai dar um lugar pra gente passar. Eram os homens da CHESF. Queriam a terra. Precisavam de 80 metros de largura e 400 de comprimento para passar a estrada. Desse dia em diante, ninguém mais se inquietou aqui. Aí eu fui ver: era a besta-fera. Não chegou na quarta, mas chegou na sexta-feira”<sup>38</sup>.

37 Medeiros, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)», 71.

38 Moura, *Boletim Especial...*, 30.

A associação da CHESF à besta do apocalipse é oriunda da experiência de fé popular e foi adotada no documento da CPT como representação do que significou a ação da CHESF contra os atingidos pelos projetos das usinas hidrelétricas no Sertão do São Francisco. A maneira rápida e desorganizada, sem oferecer a estrutura adequada, sobretudo para as famílias que decidiram ficar à borda do lago artificial de Sobradinho, justificam a alcunha direcionada à CHESF, além do autoritarismo e violência de seus funcionários que falavam em limpar a área, ameaçavam chamar o Exército caso as famílias não aceitassem sair das áreas que seriam inundadas, bem como ameaças de surras e de mortes<sup>39</sup>. De acordo com Rudinei Cenci, «o processo de construção de barragens era imposto e tinha como objetivo colocar estes empreendimentos em operação, sem a devida preocupação e cuidados com a comunidade e com a região de entorno»<sup>40</sup>.

Vários foram os problemas causados em decorrência da própria logística do empreendimento do Governo Federal tocado pela CHESF, tais como, a falta de uma política de valorização dos bens culturais, materiais e de memória que as regiões inundadas representavam às famílias atingidas, além do dano ambiental e prejuízo à saúde. De acordo com Maria Medeiros,

Até julho de 1972, a CHESF não sabia o que propor, nem o que fazer com milhares de sertanejos que perdiam tudo – casas povoados, modo de alimentar seus familiares, laços afetivos, locais de trabalho, enfim tudo o que possuíam inclusive o seu patrimônio cultural, e até os mortos que estavam enterrados nos cemitérios de cada cidade e em seus povoados<sup>41</sup>.

No ano de 1977, o represamento estava a todo vapor e a situação não tivera sido resolvida pela CHESF, ocasionando na inundação das memórias, das identidades e de todas as formas de valores culturais e materiais. Com relação as comunidades tradicionais há um efeito ainda mais devastador, pois, «sociedades tradicionais atribuem um caráter sacro aos lugares onde vivem, consagrando-os por meio de diversas simbologias. A quebra desse vínculo remete, portanto, a uma situação de catástrofe, na qual a comunidade retorna ao espaço desconhecido, amorfo, caótico»<sup>42</sup>. No Boletim Especial Ilhas da Resistência, a Comissão Pastoral da Terra denunciou que os expulsos da beira do rio, jogados na caatinga, perderam um pouco do que eram, pois conforme afirmou dom José Rodrigues, «o Rio São Francisco fazia parte da paisagem espiritual dos lavradores que viviam nas suas margens. Quando lhes tiraram o rio, arrancaram alguma coisa da sua alma»<sup>43</sup>. Dom José Rodrigues também afirmou que, «um velho da cidade de Casa Nova, inundada pelas águas do lago de Sobradinho, depois de ser re-

39 Siegfried Pater. *O Bispo dos Excluídos: Dom José Rodrigues* (Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1996).

40 Cenci Rudinei José, *Resistência contra a construção da barragem de Itapiranga: a experiência dos atingidos*, 2021, 14.

41 Medeiros, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)», 33.

42 Moreira e Maia, «Ruptura com o lugar e destruição de imagens espaciais em cidades reassentadas: o caso de Itacuruba-PE», 37.

43 Moura, *Boletim Especial...*, 12.

tirado de lá, olhava o dia inteiro para as bandas do rio e começava a chorar. Olhava e chorava e desse jeito foi definhando, até morrer»<sup>44</sup>.

Outro problema de saúde fora denunciado pela CPT através do Boletim Especial, os casos de doenças no povoado de Marcos, pertencente ao município de Remanso-BA:

Crianças e mulheres de Marcos acrescentam um traço novo: uma estranha vermelhidão nos lábios, às vezes bolhas que dão a impressão de que se abriram era carne viva. [...] Não surpreende essa doença que aparece em muitos lugares, mas chama atenção especial em Marcos, onde é muito concentrada - das 100 famílias do povoado, a maior parte tem sempre um caso para contar. Como, aliás, não surpreendem os casos de hepatite em Remanso e muitas outras doenças que não eram comuns em Sento Sé<sup>45</sup>.

Além de conviver com a violência do deslocamento forçado, jogados em outros territórios dos quais não tinham identidade com o lugar, muitas vezes distantes do rio e da vida que estavam habituados à beira do São Francisco, tal qual as características de vida nas comunidades de fundo de pasto, as famílias «reassentadas» tiveram que lidar com sérios problemas de saúde e até mesmo com a dificuldade de sobrevivência. Tal fato denuncia as péssimas condições em que as famílias deslocadas estiveram expostas por ordem do governo ditador, além de atestar a incompetência e a farsa do planejamento de deslocamento através dos projetos para este fim, como o projeto de colonização da Serra do Ramalho<sup>46</sup>. A CHESF apresentou duas possibilidades às famílias, quais sejam: transferirem-se para a Serra do Ramalho ou permanecerem na borda do lago de Sobradinho. No entanto, defendiam e tentavam influenciar as famílias a irem para a Serra do Ramalho ao afirmarem que as condições de sobrevivência à beira do lago seriam precárias devido a pobreza do solo e variação do nível da água<sup>47</sup>.

Maria José, que viveu a experiência na Serra do Ramalho, descreveu o seguinte relato: «não foi nada do que prometeram, nenhuma das facilidades que diziam que a gente ia ter. Título das casas nunca deram e eu só vou ter um dinheirinho pra ir embora, porque vou vender uma vaca que comprei logo com o dinheiro da indenização das benfeitorias lá de Casa Nova»<sup>48</sup>. As agrovilas da Serra do Ramalho, pensadas para abrigar os desalojados de Sobradinho, três anos depois de instauradas estavam longe do número que tivera projetado, cerca de 4 mil, pois o que se percebeu, conforme o relato de Maria José, foi o retorno em massa para o entorno do lago de Sobradinho das famílias que haviam decidido pelo deslocamento.

44 Moura, *Boletim Especial...*, 12.

45 Moura, *Boletim Especial...*, 24-25.

46 O Projeto Especial de Colonização da Serra do Ramalho foi implementado em 1975 pelo governo militar, sem nenhuma consulta prévia aos principais interessados, em caráter de urgência com o objetivo de assentar a maioria dos lavradores expulsos das suas terras, cerca de 4 mil famílias. Tratava-se de um lugar que estava acerca de 600 km de distância da região Sobradinho, nos municípios baianos de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha.

47 Medeiros, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)», 54.

48 Moura, *Boletim Especial...*, 28.

Neste sentido, a Comissão Pastoral da Terra esteve auxiliando juridicamente as famílias que sofreram com as desapropriações injustas e orientando-os sobre os seus direitos. Conforme Silva, «a CPT concluía que as reuniões com representantes de várias comunidades favoreciam o intercâmbio de experiências, ampliavam a visão sobre os problemas do município e enfatizavam a importância da organização na defesa dos direitos da comunidade»<sup>49</sup>. Marina Rocha, nascida na comunidade de fundo de pasto de Riacho Grande, líder comunitária à época e atualmente coordenadora da CPT Juazeiro-BA, destacou o apoio jurídico e na organização da população local realizado pela CPT<sup>50</sup>.

Conforme Zacarias Rocha, liderança da comunidade de fundo de pasto de Riacho Grande, «a CPT é apenas um abraço que a gente segura para continuar a luta. A CPT não faz a luta, nem vem defender. A comunidade é que tem que defender seu território»<sup>51</sup>. Neste sentido, percebemos a importância da CPT em promover a organização e contribuir na compreensão da comunidade no sentido de adquirir sua própria autonomia para a luta e defesa do território. Conforme Margarete Silva, «a CPT investia na formação dos representantes por acreditar ser um caminho para a consolidação da organização da comunidade, bem como, uma forma de torná-la responsável pela condução e solução dos seus problemas».

Assim, a CPT procedeu em relação as famílias deslocadas de suas terras e das comunidades de fundo de pasto que tiveram seu território ameaçado no processo da construção de Sobradinho e nas grilagens de terra em momentos posteriores.

A especulação gerada em decorrência da construção do lago artificial de Sobradinho motivou a atração de empresas privadas para a região, ocasionando nas grilagens de terras<sup>52</sup> que tiveram na CPT e nas comunidades de fundo de pasto, forte reação em defesa do território. Conforme nos explica, Ícaro Maia:

É neste cenário que se apresenta o interesse da empresa Agroindustrial Camaragibe S/A, do Rio de Janeiro, em se instalar nas terras de entorno do referido Lago, no final dos anos 1970, visando a plantação de mandioca como matéria-prima para a produção de agrocombustíveis, financiada pelo Programa Nacional do Alcool – Proálcool<sup>53</sup>.

No ano de 1979 alguns proprietários de terras fizeram transações com a empresa Camaragibe<sup>54</sup> de forma a se utilizarem de procedimentos cartoriais ilícitos, num processo de grilagem

49 Silva, *O bispo de Juazeiro...* 255.

50 Medeiros, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)», 90.

51 Medeiros, «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)», 78.

52 A grilagem promovida pela empresa Agroindustrial Camaragibe S/A se refere ao registro superdimensionado de quatro imóveis localizados nas terras de Riacho Grande: Fazenda Casa Nova, Fazenda Curalinho, Fazenda Urucé e Fazenda Cacimba do Meio.

53 Moreira, Fernando Diniz e Rafaela Teti Tiburcio Maia, «Ruptura com o lugar e destruição de imagens espaciais em cidades reassentadas: o caso de Itacuruba-PE», *Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente* 5, n.º 2 (2020), 47.

54

que desembocou em momentos de muita resistência e violência contra a comunidade de fundo pasto de Riacho Grande. Com apoio jurídico da CPT e da diocese de Juazeiro-BA, a comunidade de Riacho Grande foi vencedora na justiça contra a grilagem da empresa Camaragibe que, no ano de 1983 decretou falência. Mas, a luta das comunidades do território de Areia Grande ainda continuaria em outro processo de grilagem, resistindo contra a pistolagem que ocasionou em morte na primeira década dos anos 2000.

Sobre os primeiros conflitos em relação as atividades da empresa Camaragibe, a agência em Salvador do SNI, respondeu ao telex nº 1386, de 10 de julho de 1980, oriundo do SNI, através da informação confidencial nº 0026 de 16 de julho de 1980, sob o título: conflitos pela posse de terras em Casa Nova-BA, destacando, dentre outros que:

O Bispo de Juazeiro, Dom José Rodrigues e a advogada da Diocese Angélica Fraga Lima, assessoraram e deram grande apoio aos posseiros. Diante do exposto e sob o clima de tenso, os posseiros passaram a montar a vigília, pra impedir que as máquinas invadissem as terras em questão<sup>55</sup>.

Além de mencionar de onde deriva o apoio das comunidades de fundo de pasto no caso de grilagem promovido pela empresa Camaragibe no território de Areia Grande, chamamos a atenção para a estratégia de ação das comunidades, ou seja, a vigília e o impedimento de funcionamento das máquinas. Este, ainda hoje um *modus operandi* de homens e mulheres das comunidades atingidas pela mineração, como mencionamos na introdução deste artigo. Conforme a CPT nos explica, «esses homens, como milhares e milhares de outros que se espalham em volta do Rio São Francisco, têm hoje a sua história modificada por três seres que se apresentaram no Rio São Francisco e que se chamam CHESF, CODEVASF e GRILAGEM»<sup>56</sup>. Se estes foram os portadores da desgraça de muita gente no Sertão do Submédio São Francisco, também motivaram a organização para lutar e resistir.

Tal resistência também chamou a atenção dos órgãos de informações da ditadura que, em memorando do SNI nº 1123 de 05 de julho de 1979, difundiu informações sobre a CPT, contendo um relatório de análise elaborado pelos agentes da repressão sobre o Boletim Especial As Ilhas da Resistência. Conforme análise do SNI:

A matéria se preocupa em mostrar aos trabalhadores rurais os caminhos que devem seguir para resistir a tomada de suas terras. Assim, enumera como principais linhas de ação: recorrer aos sindicatos, federações e a CONTAG, valer-se da Igreja, fazer abaixo-assinados e encaminhar denúncias às autoridades<sup>57</sup>.

55 Serviço Nacional de Informações – SNI. 1980. Assunto: conflitos pela posse de terras em Casa Nova-BA. Informação confidencial nº 0026, 1.

56 Moura, *Boletim Especial...*, 8.

57 Serviço Nacional de Informações – SNI. 1979. Assunto: Comissão Pastoral da Terra – CPT. Memorando nº 1123,3.

A preocupação dos centros de informações da ditadura deixa evidente a existência da articulação e atuação da CPT no apoio à luta oferecida às comunidades de fundo de pasto, agricultores, lavradores, às famílias atingidas com o deslocamento forçado em detrimento da construção de Sobradinho, na resistência para a permanência no território e contra as grilagens de terras na região do Submédio São Francisco.

De fato, conforme os próprios agentes da CPT apuraram em boa parte do Rio São Francisco:

Por todos os municípios onde passamos - Bom Jesus da Lapa, Barra, Xique-Xique, Pilão Arcado, Remanso, Casa Nova, Juazeiro, Petrolina, Paulo Afonso, Petrolândia, Porto da Folha, Propriá - por muitos dos seus povoados onde andamos, em muitos pontos do imenso Rio São Francisco, encontramos centenas de abaixo-assinados, cartas denunciando violências, relatos de viagens de agricultores em busca do seu direito, a Brasília, relatos de resistência na terra, parando tratores, amarrando gado - de alguma forma dizendo “não” a quem tenta espezinhar seus direitos<sup>58</sup>.

Portanto, foram diversas as formas de resistir e dizer não à violação dos direitos, em tais ações, a Comissão Pastoral da Terra, conforme uma das lideranças comunitárias afirmou e nós fizemos menção, foi um braço de apoio para os protagonismos dos atingidos diretamente. Ou seja, se houve opressão, houve resistência, «ficar na terra, não abandoná-la e descobrir, para exigir, os seus direitos. Assim se têm comportado os resistentes. Seja nos tempos de outrora ou de hoje, assim tem se comportado os resistentes do Sertão do São Francisco.

### Considerações finais

Alguns elementos são importantes de serem destacados sobre a atuação da Comissão Pastoral da Terra no Sertão do São Francisco, sobretudo a partir de Juazeiro-BA. Dentre eles, a cobertura que a CPT obteve do bispo diocesano, dom José Rodrigues. Sem o apoio do mesmo, certamente teria se avançado muito pouco.

Os anos 1970 são bastante turbulentos tendo em vista os tempos de ditadura e aumento considerável das perseguições a membros do clero católico, no entanto, o aumento da violência sobretudo posteriormente a implementação do AI-5, gerou respostas de organização das bases articulada pela Igreja Católica, como a criação da CPT Nacional em 1975. Foi ainda na primeira metade dos anos 1970 que, bispos do Nordeste lançaram o documento: Eu ouvi os clamores do meu povo. Para Michael Löwy, «as declarações mais radicais jamais publicadas por um grupo de bispos em qualquer parte do mundo»<sup>59</sup>.

58 Moura, Boletim Especial..., 54.

59 Michael Löwy, *A Guerra do Deuses...*, 145.

Neste contexto, ao assumir a diocese de Juazeiro-BA, dom José Rodrigues fez o seguinte comentário:

Nomeado Bispo de Juazeiro, sem saber a situação da Diocese, chego aqui, então fico sabendo dessa tal barragem de Sobradinho, e comecei a visitar aí as paróquias, era aí um clamor geral. A Diocese não estava preparada para essa luta, até na Diocese havia a ideia de que isso não era missão da Igreja. Mas, ouvi aquele clamor dos pobres, apelos dramáticos e só pude ficar ao lado deles, por opção cristã e por opção de Bispo. Então isso foi me envolvendo cada vez mais. [...] Então eu penso que essa experiência me ajudou na opção pelos pobres. [...] Então a realidade ajuda a gente a se converter numa opção assim<sup>60</sup>.

Dom José Rodrigues não estava entre os primeiros signatários do documento, conforme análise de Iraneidson Costa, 2013, mas através da sua declaração, tendo em vista a experiência vivida em Sobradinho, como o mesmo afirmou, ouviu os clamores das comunidades atingidas e tomou posição por eles. Tal posição também se caracteriza pela criação da CPT em Juazeiro-BA. Conforme nos explica Alder Júlio Calado:

Como ficar indiferentes à contundência profética de um documento escrito no auge do período ditatorial por figuras da hierarquia da própria Igreja? Dificilmente se tem notícia de um escrito tão impactante, da autoria de bispos e religiosos católicos! Se hoje, em plena “democracia”, estamos longe de escutar/ler denúncias desse gênero, feitas por leigos e leigas, o que dizer em relação a figuras da hierarquia, em um período tão fechado? Há de se lembrar, com profunda reverência e gratidão, esse legado de um episcopado nordestino (e de outras regiões) com um compromisso e com um testemunho profético-pastoral exemplar<sup>61</sup>.

De fato, ao não ficar indiferente aos problemas do Sertão do Submédio São Francisco, sobretudo no que concerne às comunidades, famílias de lavradores e ribeirinhos atingidos pela construção de Sobradinho, dom José Rodrigues foi o esteio necessário para a criação e atuação da CPT na região.

Como está posto no Relatório de Assessoria Jurídica e Educacional da Comissão Pastoral da Terra, o «trabalho pastoral não visa alienar as pessoas, mas, colaborar para que as comunidades cresçam em todas as dimensões fundamentais, inclusive cresçam numa ação transformadora da realidade em que vivem»<sup>62</sup>. Foi seguindo tal direcionamento que a CPT atuou junto aos atingidos pelos deslocamentos forçados ou em favor dos que lutaram pela permanência na terra.

60 Silva, O bispo de Juazeiro... 256.

61 Alder Júlio Ferreira Calado, «Eu ouvi os clamores do meu povo: um documento profético publicado no auge da ditadura empresarial-militar, no Brasil», João Pessoa, 2013.

62 Relatório de Assessoria Jurídica e Educacional da Comissão Pastoral da Terra. Juazeiro (BA), 1980.

A CPT ofereceu apoio jurídico e formação para que as comunidades pudessem se articularem com autonomia na defesa dos seus direitos, contra o governo ditador e seus representantes políticos na região, a CHESF, empresários e a grilagem de terras em seus territórios, de modo que, pudessem se firmarem como ilhas da resistência no Sertão do São Francisco.

## Referências

### Fontes primárias

Chesf. Reservatório de Sobradinho. Reassentamento de populações: dados e informações. Biblioteca Municipal de Sobradinho, 2008.

Relatório de Assessoria Jurídica e Educacional da Comissão Pastoral da Terra. Juazeiro (BA), 1980.

Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: Comissão Pastoral da Terra – CPT. Memorando nº 1123, 1979.

Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: conflitos pela posse de terras em Casa Nova-BA. Informação confidencial nº 0026, 1980.

Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: D. José Rodrigues de Souza. Juízo Sintético nº 0001, 1980.

Serviço Nacional de Informações – SNI. Assunto: Atividades de Grupos Religiosos. Informação nº 0155, 1980.

### Fontes secundárias

Bauer, Caroline e René Gertz. «Fontes sensíveis da história recente». In *O historiador e suas fontes*, Tania Regina de Luca e Carla Bassanezi Pinsky. São Paulo: Contexto, 2009.

Bauer, Caroline Silveira e René Gertz. «Arquivos da repressão: fontes para a história do tempo presente». *História da Historiografia* 10 (2012): 315–322.

CPT. *O que é fundo de pasto*. Caderno de Estudos e Debates Para as Comunidades. Bahia: Diocese de Barra, 1999.

\_\_\_\_\_. «Conflictos Brasil no campo 2024». <https://www.cptnacional.org.br>.

Calado, Alder Júlio Ferreira. *CPT no Nordeste: caminhos e buscas (1976-1995)*. João Pessoa: CPT, 1996.

- \_\_\_\_\_. «*Eu ouvi os clamores do meu povo: um documento profético publicado no auge da ditadura empresarial-militar, no Brasil*». João Pessoa, 2013. <http://kairosnostambemsomogreja.wordpress.com>. Acesso em 03 jan, 2025.
- CENCI, Rudinei José. 2021. *Resistência contra a construção da barragem de Itapiranga: a experiência dos atingidos*. RJ / <https://rd.uffs.edu.br/handle/prefix/4977>. Acessado em 03 de janeiro 2025.
- Coutrot, Aline. «Religião e Política». In *Por uma História Política*, organizado por René Rémond. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- Farge, Arlette. *O sabor do arquivo*. São Paulo: Edusp, 2022.
- Löwy, Michael. *A Guerra do Deuses: religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.
- Mainwaring, Scott. *A Igreja Católica e a política no Brasil (1916–1985)*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- Medeiros, Maria Helena Feitosa de Carvalho. «Entre posseiros e grileiros: conflitos agrários à borda do lago de Sobradinho (Casa Nova - BA, 1970-1980)». Dissertação de Mestrado, Universidade Católica de Pernambuco, 2022.
- Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em Guarda contra o Perigo Vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- Moreira, Fernando Diniz e Rafaela Teti Tiburcio Maia. «Ruptura com o lugar e destruição de imagens espaciais em cidades reassentadas: o caso de Itacuruba-PE». *Revista Projetar: projeto e percepção do ambiente* 5, n.º 2 (2020).
- Moura, Mariluce de S. *Boletim Especial As Ilhas da Resistência: os lavradores no Vale do São Francisco*. Goiás: CPT, 1979.
- Pater, Siegfried. *O Bispo dos Excluídos: Dom José Rodrigues*. Paulo Afonso: Editora Fonte Viva, 1996.
- Ricoeur, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Tradução: Alain François et. al. Campinas. SP: Editora da Unicamp, 2007.
- Roudinesco, Elisabeth. *O Eu Soberano: Ensaio sobre as Derivas Identitárias*, trad. André Telles. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- Samara, Enil de Mesquita e TUPY, Ismênia S. Silveira T. *História e Documento e Metodologia de Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- Scott, Parry. *Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica num contexto de descaso planejado*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2009.

Silva, Severino Vicente da. *Entre o Tibre e o Capibaribe: os limites da Igreja progressista na Arquidiocese de Olinda e Recife*. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006.

Silva, M.P. 2009. *O bispo de Juazeiro e a ditadura militar*. In: Zachariadhes, G.C., org. IVO, AS., et al. *Ditadura militar na Bahia: novos olhares, novos objetivos, novos horizontes* [online]. Salvador: EDUFBA, 2009.